

Relatório da reunião da Mesa Setorial de Negociação Permanente dos ministérios da Saúde e do Planejamento, Orçamento e Gestão 07 de junho de 2018

- MS - Ministério da Saúde:

1. Danielle de O. M. Santos: secretaria Executiva da SEGESP
2. Pablo Marcos G. Leite: coordenador Geral de Gestão de Pessoas
3. Erika Teixeira Costa Cole: Gestão de Pessoas da FUNASA
4. Janaina Fernandes da Silva: Ministério da Saúde
5. Rita C. R. Monteiro: CGESP/Ministério da Saúde
6. José Ferreira Barros: Ministério da Saúde

- MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão:

1. Paulo Campolina: diretor de Gestão de Pessoas
2. Jose Borges de Carvalho: assessor

- CNTSSCUT – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social:

1. Terezinha de Jesus Aguiar: secretária de Comunicação
2. Francisca Alves de Sousa: Direção Executiva
3. Elio Araújo de Oliveira: Direção Executiva

A 11ª Reunião Extraordinária da Mesa Setorial de Negociação Permanente do Ministério da Saúde (MSNP/MS) aconteceu na quinta-feira, 07 de junho, com a participação de representantes dos ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Saúde. O encontro, que teve início às 10h00, foi realizado na sala de reuniões do diretor de Gestão de Pessoas do Ministério do Planejamento e teve a temática Saúde como pauta específica:

1. Reestruturação remuneratória;
2. Realização de concurso público;
3. Revisão dos valores dos benefícios;
4. Comitê de carreiras;
5. Jornada de 30 horas semanais;
6. Aumento da per capita;
7. Projeto de Lei da GACEN;
8. Projeto de Lei da Gratificação SESAI;
9. Revisão da ON 15, contagem de tempo especial anterior a 90.

O diretor de Gestão de Pessoas do Ministério da Saúde, Pablo Marcos G. Leite, informou que a proposta da realização desta reunião conjunta deu-se em virtude da pauta discutida na Mesa Setorial de Negociação Permanente do Ministério da Saúde. No primeiro momento, foi apresentada a pauta ponto a ponto com a justificativa de sua importância para os servidores e logo em seguida acertada a dinâmica da reunião com as entidades representativas dos trabalhadores. Foi observado pelo diretor ser fundamental sair da reunião com respostas, se possível, para todos os itens da pauta. Reiterou a informação apresentada pela CNTSS/CUT que trata-se de uma pauta histórica dos trabalhadores. Desta forma, Pablo Leite conclui que não são assuntos novos e, portanto, já haviam sido discutidos com o governo.

1. REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA: Os representantes das entidades dos servidores – CNTSS/CUT, CONDSEF - Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal e FENASPS - Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social - informaram que foi aprovado na Mesa Setorial a revisão das tabelas da Carreira do PST - Previdência, Saúde e Trabalho, elaborada por técnicos do DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos e acolhida pelo ministro da Saúde, Gilberto Magalhães Occhi. Foi lembrado que a mesma foi para o MPOG com o objetivo de atualização salarial dos servidores com os demais servidores do Poder Executivo. A CNTSS/CUT, assim como as demais entidades dos trabalhadores, destacou a importância do acolhimento desta pauta e, sobretudo, a necessidade de encaminhar a elaboração de um calendário para reestabelecer justiça para com estes profissionais, uma vez foram bastante prejudicados na construção das tabelas em 2008.

2. CONCURSOS PÚBLICOS: Foi reafirmada a importância da realização de concursos, tendo em vista o esvaziamento do número de servidores em fase de aposentadorias nos estados e também no próprio Ministério da Saúde. Observou-se que as dificuldades são inúmeras, de toda ordem e exigem que sejam dadas as atenções devidas ao acúmulo de tarefas e até atraso nas agendas de trabalho. O diretor da DGP/MS informou que chamará até dezembro do corrente ano 50% dos concursados vigentes. Há também a previsão de se fazer um pedido de autorização de um novo concurso, com edital que será publicado ainda esse ano, a ser realizado para o próximo ano contemplando diversas categorias profissionais do Ministério da Saúde. O avanço mais imediato atingirá os hospitais federais do Rio de Janeiro. No momento o que está prevista a contratação de pessoal da saúde para seis (06) meses e prorrogação para mais seis (06) para rede hospitalar no Rio de Janeiro.

3. REVISÃO DOS VALORES DO BENEFÍCIOS - VALE ALIMENTAÇÃO, AUXÍLIO TRANSPORTE E CRECHE: As entidades dos trabalhadores pautaram este ponto tendo em vista aumentos que foram divulgados pela grande imprensa destinados aos servidores do Judiciário, chegando a mais de R\$ 900,00 ao mês. Recordaram ainda que o do servidor do poder Executivo foi em 2016 no valor de R\$ 458,00. Esta disparidade cria uma insatisfação generalizada em todo Brasil. Esta é uma pauta nacional aprovada na plenária nacional do FONASEF - Fórum Nacional dos Servidores Públicos Federais e FONACAT - Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado realizada em fevereiro.

4. COMITÊ DE CARREIRAS: Trata-se de uma pauta da greve nacional de 2015. Está nesta pauta da Mesa Setorial uma vez a carreira da Seguridade Social foi excluída da Lei nº 13.324/16. As entidades nacionais dos trabalhadores têm insistido nessa pauta para garantir a discussão na categoria.

5. JORNADA DE 30 HORAS: Com relação a essa questão do limite de 30 horas semanais para os servidores com duplo vínculo com a administração pública, o STF – Supremo Tribunal Federal já demonstrou em diversos julgados a ilegalidade do Parecer nº 148/98 da AGU – Advocacia-Geral da União, bem como do Acordo nº 2133/2005 do TCU – Tribunal de Contas da União, que impõe esse limite, ressaltando que as únicas exigências impostas pela Carta Constitucional é compatibilidade de horário e a acumulação lícitas de dois cargos públicos. Foi solicitado ao MPOG e ao MS a revogação do Parecer nº 148/98 da AGU. Em resposta os ministérios informaram que esse problema já vem sendo tratado por consultoria jurídica do MS e que no dia 20/06 haverá uma reunião com os envolvidos para construção de uma saída a qual será repassada para os representantes da Mesa Setorial de Negociação Permanente do Ministério da Saúde.

6. AUMENTO DO PER CAPTA DA GEAP: As entidades colocaram mais uma vez as dificuldades de uma parcela significativa dos servidores em arcar com mais de 70% dos salários com o financiamento do plano de saúde. Há hoje casos ultrapassando 100%, incluindo o pagamento das participações dos serviços prestados. A CNTSS/CUT destacou que esse é um problema grave e que merece uma atenção especial do governo. A Confederação lembrou que existem inúmeros casos em que tratamentos de saúde estão sendo interrompidos. A cada aumento aprovado para o custeio do Plano de Saúde, milhares e milhares de assistidos são expulsos e acabam perdendo o direito a assistência após quase 40 anos de contribuição. É bom destacar que o governo

possui representação no CONAD - Conselho de Administração na GEAP, com direito a voto de minerva.

7. PROJETO DE LEI DA GACEN: As entidades levantaram que tem uma proposta de alterar a metodologia de reajuste. Atualmente acontece sem referência de valores para reajuste e, nesse caso, as entidades propõem vincular os valores desta gratificação aos reajustes dos servidores.

8. PROJETO DE LEI DA GRATIFICAÇÃO INDÍGENA: Essa pauta tem sido discutida na MSNP do MS há algum tempo e também nas reuniões no MPOG sem uma compreensão da importância. Vale lembrar que anteriormente estava abrigada na FUNASA - Fundação Nacional de Saúde. Agora se encontra na estrutura do Ministério da Saúde e que, com a criação da Secretaria – SESAI, houve um acordo de regulamentação de uma gratificação.

9. REVISÃO DA ON 15 – CONTAGEM DE TEMPO ESPECIAL: Mais uma vez este tema volta a ser pautado na Mesa, pois está acontecendo vários transtornos na vida dos servidores que, já aposentados, estão sendo obrigados a retornarem à ativa por força de decisões do TCU. Diante destas questões expostas, além de decisões judiciais em ações jurídicas de primeiro grau a favor dos servidores anterior a 12/12/90, as entidades argumentaram que, uma vez que não existe regulamentação das aposentadorias especiais, o governo siga o Memorando nº 34/17 que dá o direito de contagem especial para Agentes de Saúde e Auxiliares de Enfermagem para todos os profissionais.

Foi observado que quando o TCU pediu ao Ministério do Planejamento para fazer revisão da ON 15, não foi pedido que fosse retirado do sistema o tempo de serviço que cada servidor tinha contabilizado no período celetista. Com esse período, vários servidores já reuniam as condições para aposentadoria. Por sua vez, a AGU orientou a retirada das páginas de todas as contagens especiais dos servidores. A CONDSEF protocolou um parecer jurídico sobre o assunto, por sua vez as entidades aguardam o pronunciamento deste. As entidades nacionais dos trabalhadores esperam que o Ministério do Planejamento responda esta consulta.

Em seguida aos temas expostos, o representante do governo, Paulo Campolina, lembrou aos presentes que estamos em final de governo, em meio uma crise fiscal gravíssima onde as contas não fecham e não há orçamento reservado para arcar com despesas com o funcionalismo. Desta forma,

seguramente neste momento de final de mandato, num quadro de crise fiscal e eleições, nada pode ser feito. Campolina mencionou que esta pauta deve ser apresentada para o próximo governo. Sentenciou que nada poderá ser feito neste governo que está terminando seu mandato. Comprometeu-se, apenas, a encaminhar a pauta para a equipe técnica que fará estudos para responder, mas adiantou que muito pouco ou quase nada dessa pauta será tratada com esse governo, pois gera impactos financeiros. Deu a entender que apenas sobre a questão da GEAP o governo tem intenção e vai responder com alguma proposta. Portanto, da pauta apresentada, o governo apresentará uma proposta para a GEAP. Nada foi adiantado sobre esta medida, mas deverá ser informada nas próximas três semanas. Outro ponto já acordado diz respeito ao retorno dos servidores liberados para mandato classista para folha do SIAPE

Terezinha de Jesus Aguiar
Secretária de Comunicação da CNTSS/CUT – Confederação
Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social
Brasília, 08 de junho de 2018